

Michael César Silva
A boa-fé objetiva no direito contratual contemporâneo: estudo sob a perspectiva do
Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor

RESUMO

O presente estudo visa a realizar uma releitura do Direito Contratual, a partir dos lineamentos apresentados pelo Direito Privado na contemporaneidade, especificamente, delineados através da principiologia contratual contemporânea, inserida no ordenamento jurídico brasileiro, através do Código de Defesa do Consumidor (1990) e do Código Civil (2002). Para tanto, busca analisar o fenômeno da socialização do contrato, dentro do Estado Democrático de Direito, externado por meio de normas de ordem pública e interesse social, dentre as quais se destacam: a função social do contrato, a justiça contratual, e em especial, a boa-fé objetiva, reflexo do princípio constitucional da solidariedade social (art. 3º, I, da CR/88). A pesquisa propõe, ainda, proceder a um estudo envolvendo a dificuldade de identificação dos contornos (limites e conteúdo) da estipulação contratual, a partir da análise das repercussões do princípio da boa-fé objetiva sobre o princípio da autonomia privada dos contratantes, por meio da análise de sua inserção, no Código de Defesa do Consumidor (relações jurídicas não paritárias) e no Código Civil (relações jurídicas paritárias), no contexto contemporâneo do Direito Contratual e do Estado Democrático de Direito, no intuito de propor eventuais soluções para esta questão, o que implica, necessariamente, a compreensão do modelo jurídico sob o enfoque dos mencionados diplomas legais, para que as partes possam exercer sua autonomia privada em consonância com a função socioeconômica do contrato. A boa-fé objetiva repercute de forma distinta, dependendo do seu campo jurídico de atuação, ou seja, de acordo com o regime jurídico ao qual esteja submetida, apresentando assim conformações peculiares ao exercício da autonomia privada dos contratantes nas relações jurídicas contratuais na contemporaneidade.

Palavras-chave: Boa-fé objetiva. Autonomia privada. Princípios. Consumidor. Informação. Dever de informação. Código Civil. Código de Defesa do Consumidor.

ABSTRACT

The present study aims at conducting a reassessment of the Contractual Law in accordance to the lineaments provided by the Civil Law in the contemporary age, specifically delineated by the new Contractual Law Principle, inserted in the Brazilian legal system through the Consumer Protection Code (1990) and Civil Code (2002). For this purpose, it seeks to analyze the phenomenon of contract socialization, within the democratic state, voiced by standards of public order and social interest, among which stand out: the social function of the contract, the Contractual Justice, and in particular, the objective good faith, which is a reflection of the constitutional principle of social solidarity (art. 3, I, CR/88). The research also proposes to undertake a study of the difficulty in identifying the outlines (boundaries and content) of the contractual stipulation, from the analysis of the impact of the principle of objective good faith on the principle of private autonomy of the parties, through analysis of its inclusion in the Consumer Protection Code (inequality of legal relationships) and the Civil Code (parity of legal relationships) in the contemporary context of the Contract Law and the Democratic State of Law, in order to propose possible solutions to this issue, which necessarily implies an understanding of the legal model under the focus of the mentioned legal acts, for the parties to exercise their private autonomy consistently with the socioeconomic function of the contract. The objective good-faith resonates differently, depending on its legal field of expertise, i.e. according to the legal regime to which it is subjected, thus presenting peculiar conformations to the exercise of the contractors' private autonomy in the contractual legal relationships in contemporary society.

Keywords: Objective good faith. Private autonomy. Principles. Consumer. Information. Information duty. Civil Code. Consumer Protection Code.